



aprovados na reforma administrativa; b) construção da sede, a presidente Rossana afirmou que muitas empresas acessaram o edital, mas apenas uma apresentou a documentação, estando na fase de habilitação; c) uso do terreno como estacionamento durante a festa de natal, a presidente explicou que acordou com a Secretaria de Meio Ambiente, que esta faria a manutenção em troca do uso do terreno durante a feira dos trilhos, se estendendo para o período das festas natalinas, sendo entregue a chave após este período na Secretaria de Meio Ambiente. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 11h10, com um café de confraternização de fim de ano. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois. \*\*\*\*\*

**PRESIDENTE**

Rossana Vasques

**CONSELHEIROS**

Adriana Cristina de Souza Faria

Alexandre Vinicius de Souza

Ana Paula Nola Denski Bif

Danielle de Paula

Carlos Alberto Abreu dos Santos

Carlos Augusto Zani

José Edson Silva Souza

José Ricardo Vinhas

Lucieni Cristina Galvão Lázaro

Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo

Reynaldo Bueno Prianti Neto

Victor Adriano Vieira Silva



apresentação a Conselheira Ana Paula questionou se o relatório realmente seria do ano de 2021, e o porquê de somente no final de 2022 ocorrer a apresentação, sendo respondido, que o relatório é um instrumento de transparência do instituto e que os próximos serão apresentados em período que possibilite a análise do ano encerrado para ações para o próximo ano. A conselheira Danielle apresentou alguns erros que encontrou no relatório, como o próprio nome, a origem da conselheira Rafaela, que estava como indicada do prefeito, considerando que a conselheira foi eleita como representante dos servidores da prefeitura, apontando também que acredita que seria importante o registro da eleição que ocorreu em dezembro 2021. O assessor Luis propôs-se a fazer as correções. A conselheira também questionou a falta de celeridade para a adesão na aquisição da certificação do Pró-gestão, sendo respondido pelo advogado Caluza que faltavam alguns requisitos, tais como o recadastramento dos servidores, que foi prejudicado pela pandemia, além de outros requisitos, como a certificação de membros, segundo o assessor Luis, sendo complementado pelo Dr. Caluza que a certificação de conselheiro para o nível básico, deve ser a maioria dos conselheiros. Respondendo a Conselheira Adriana informaram que a previsão para o andamento da certificação do instituto no Pró-gestão, é após o recadastramento. A conselheira Danielle solicitou que ficasse registrado a necessidade de oficiar a administração municipal da celeridade dos recadastramentos, considerando a importância da certificação do Pró-gestão para os investimentos do instituto, considerando que já faz três anos que estamos aguardando este procedimento. O advogado Caluza destacou que o recadastramento deve ocorrer a cada 5 anos, mesmo que as informações sejam atualizadas, conforme aponta o Pró-gestão. Dr Caluza ainda explicou a importância da certificação do pró gestão, pois atualmente o instituto não é um investidor qualificado, o que restringe alguns investimentos futuros, indicando ainda que os conselheiros podem consultar o manual no site. Encerrada a discussão o relatório foi colocado em votação, sendo aprovado, obedecendo as correções apontadas. 4- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros 26 (vinte e seis) expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: vinte e quatro aposentadorias e duas pensões, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Marcia Biban, Maria Lucia da Silva, Myriam Gonçalves Ramos, Edilene da Silva Costa e Silva,, Sabrina de Souza Silva, Ana Cristina do Couto Pereira, Rita de Cassia Freitas, Elisabeth Regina Rabelo Ribeiro, Benedito Anselmo Tursi, Elaine Machado Nogueira, Alessandra Roseli Silva Rodrigues, Erica Gare, Antônio Donizete de Siqueira Rodrigues, Ana Paula de Azevedo Soares de Paula, Ivana Aparecida de Oliveira, Ivo Augusto dos Santos, Ana Claudia dos Santos, Luciane Brison de Aquino, José Roberto Borges, Maria Nilda da Silva Lima, Claudia Silveira, Benedita Aparecida Costa, Fernanda Garcia Rosa, Silvia Cristina dos Santos Mendes; Pensões: José de Souza Chaves - Beneficiários: Marileide Tertuliano da Silva Chaves e Gabriel da Silva Chaves. Todos expedientes foram aprovados após votação, sendo assinada a ata dos processos. 5- Informes: a) Realização do concurso do IPMJ no dia 12/02/2022, aguardará a aprovação e contratação, anunciando a presidente do instituto que em fevereiro/23 iniciará o processo para realização do concurso com os cargos



ocorridas durante o mês de Novembro/22, atendendo as demandas do comitê de investimento e a diretoria executiva. Por fim a assessora Fabíola apresentou os gráficos disponibilizados, apresentando considerações quanto ao balancete orçamentário, destacando o resultado financeiro positivo, a gestão orçamentária e utilização da taxa de reserva, encerrando a apresentação destacando que o relatório que foi aprovado pelo conselho fiscal, conforme consta na ata que foi disponibilizada para o conselho deliberativo. O assessor Luis deu continuidade a apresentação expondo o Relatório Mensal de Investimentos de novembro/22 do instituto, apresentando o cenário econômico mundial e os reflexos na economia do Brasil. Quanto ao acompanhamento do patrimônio líquido, registrou que o patrimônio do IPMJ no fechamento do mês de novembro de 2022 foi de R\$ 638.677.803,81 (seiscentos e trinta e oito milhões e seiscentos e setenta e sete mil e oitocentos e três reais e oitenta e um centavos). Quanto ao rendimento em renda fixa este encerrou o período com um rendimento de 1,04%, entretanto quanto aos investimentos em renda variável, este foi um dos piores meses com o registro de - 6,37%, destacou ainda que os investimentos em títulos públicos apresentaram o melhor retorno, o que motivou a compra de mais títulos públicos, dentro do previsto na política de investimentos. Comentou sobre a auditoria referente ao FIDC, e o rendimento positivo nos investimentos do exterior. Apresentou os enquadramentos e informou que neste mês houve uma assembleia quanto ao prazo de desinvestimento do fundo Pátria, entretanto ainda não recebeu as informações quanto resultado da votação. Apresentou a alocação por instituição e a matriz de risco retorno de renda fixa, renda variável e dos investimentos no exterior. Ao final a conselheira Danielle perguntou sobre o parcelamento das dívidas da prefeitura, sendo respondido que ainda estão aguardando adequação do sistema da Secretaria de Previdência, com acertos do sistema. A conselheira informou que durante a semana o sindicato recebeu um e-mail de uma advogada com apontamentos referentes aos parcelamentos, questionando se realmente trata-se de problemas com sistemas, ou se há outra motivação, sendo respondido pelo advogado Francisco Caluza e pela assessora Fabíola que os entraves são apenas quanto a adequações de sistema, resposta complementada pela presidente Rossana, que afirmou que na sexta-feira fizeram uma reunião com o pessoal da secretaria de previdência, havendo ainda estes problemas sistêmicos, negando que seja por outros problemas, chegando a fazer a leitura de um e-mail. Encerrada a apresentação foi aberta a votação, sendo os relatórios de execução orçamentaria, finanças e investimentos aprovados por unanimidade. 3- Apresentação do Relatório de Governança Corporativa: Na apresentação demonstrou que o documento apresenta o instituto, seus servidores, organograma da instituição, atividades dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo e Fiscal), descrevendo as principais realizações durante o período de 2021, e a composição de ambos os conselhos. Aborda também os temas: a carteira de investimento do instituto, o comitê de investimento, o número de ativos, beneficiários, pensionistas, despesas, arrecadações e receitas, COMPREV, gestão de investimentos, gestão atuarial, déficit atuarial, Contratos, Licitações, produção jurídica, destacando que todas as informações foram baseadas nos relatórios apresentados e aprovados. Encerrada a



quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos). Das Receitas Extra Orçamentárias esclareceu sobre sua descrição, sendo estas consignações transitórias que são repassadas. Das Despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhadas, liquidadas e pagas, apresentando as descrições por ações, iniciando pelas despesas previdenciárias, descreveu também as despesas administrativas, destacando que todas as despesas são registradas nos relatórios com detalhes quanto aos credores, sendo este conferido pelo conselho fiscal que verifica as despesas, as notas de pagamento, e a utilização de cada item. A assessora apresentou as despesas, totalizando no mês o valor de R\$ 13.757.025,42 (treze milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), como despesas empenhadas e R\$ 114.987.021,94 (cento e catorze milhões, novecentos e oitenta e sete mil, vinte e um reais e noventa e quatro centavos), como o acumulado de despesas empenhadas. Esclareceu que as Despesas Extra Orçamentárias registraram os repasses orçamentários, esclarecendo que o relatório está mais extenso devido aos ajustes do sistema, esclarecendo que a partir do próximo mês as informações serão unificadas pelo sistema Embras. Apresentou, por fim um resumo das receitas e despesas no período de novembro/22. No relatório de disponibilidade apresentou as movimentações da carteira de investimento do instituto no mês de novembro/2022, no período houve compra de título público, resgates de renda variável e renda fixa, pagamento de juros, recebimento das vértices ímpares, e o reconhecimento de fundos de fluxo de caixa, todas movimentações devidamente descritas no relatório, além das despesas previdenciárias, destacando que o conselho fiscal acompanhou todos estes registros, emitindo relatório favorável pela aprovação das dos registros. A assessora também apresentou o Relatório de despesas pagas, descrevendo as despesas com aposentadorias e reformas, COMPREV, obrigações tributárias e contributivas, pensões e sentenças judiciais, somando um total de R\$ 13.354.372,64 (treze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). Quanto ao Relatório gerencial, explicou mais uma vez sobre a taxa de administração, registrando como despesa cesta básica, diárias com pessoal, pagamentos a estagiários, obrigações patronais e tributárias e outros serviços de pessoa física e jurídica/honorários advocatícios, registrando ainda as despesas com sentenças judiciais, serviço de consultoria, vale refeição e folha de pagamento dos servidores ativos, totalizando para este tipo de despesa o valor de R\$ 359.379,07 (trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e sete centavos). A Sra Fabíola apresentou o controle do gerenciamento da taxa de administração que foi prevista para o ano de 2022 no valor de R\$ R\$ 2.453.652,61 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos), esclarecendo que da reserva financeira de R\$ 15.529.916,28 (quinze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e dezesseis reais e vinte centavos) já foram empenhados o valor de R\$ 1.193.128,47 (um milhão, cento e noventa e três mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos), explicando ainda o cálculo da taxa de administração para os conselheiros novos. A assessora também explanou sobre a execução orçamentária e movimentações financeiras (aplicações e resgates)



ímpares de vencimento) no valor de R\$ 4.676.281,89 (quatro milhões, seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos) totalizando o valor de R\$ 12.899.342,94 (doze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), desta forma acumulou-se o montante de receitas patrimoniais no valor de R\$ 55.276.028,63 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e setenta e seis mil, vinte e oito reais e sessenta e três centavos). Em decorrência da Restituição de Benefícios Previdenciários, foi registrado o valor de R\$ 4.457,80 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos), gerando um acumulado de R\$ 844.926,74 (oitocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos). Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês, o valor bruto contabilizado foi de R\$ 76.045,93 (setenta e seis mil, quarenta e cinco reais e noventa e três centavos), devido a ajustes no sistema da Dataprev, que tem apresentado baixas em alguns casos de glosa devido a baixas de beneficiários, entretanto os ajustes já foram feitos e o instituto já recebeu o valor faltante, restando um acumulado de R\$ 5.090.055,00 (cinco milhões, noventa mil, cinquenta e cinco reais). Destacou ainda o registro dos honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ, apresentando também as receitas intraorçamentárias com destaque a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 2.382.328,19 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e dezenove centavos), com acumulado de R\$ 26.001.100,17 (vinte e seis milhões, um mil, cem reais e dezessete centavos), a assessora observou o repasse refere-se à contribuição patronal de 16% de alíquota e ocorreu conforme as competências da contribuição da prefeitura, autarquias e fundação. A assessora registrou também o pagamento de precatórios como Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais, somando-se no mês de novembro o valor de R\$ 40.779,89 (quarenta mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta e nove centavos), e juros e multa no valor de R\$ 5.471,03 (cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais, três centavos). Esclareceu que ainda não foi possível a atualização dos novos acordos, devido a problemas no sistema da Secretaria de Previdência, estando em fase de acerto com a Secretaria de Previdência, assim apenas um dos acordos de parcelamento esta conforme a Emenda 113 estando os demais sob análise quanto a forma de lançamento no sistema, desta forma a Prefeitura executou os pagamentos dos acordos vigentes, sendo registrado o valor de R\$ 1.372.297,10 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e dez centavos), gerando um acumulado de R\$ 15.647.729,11 (quinze milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e vinte e onze centavos). Referente à alíquota suplementar (amortização do déficit atuarial) no balancete do mês de Novembro/22 foi de 18,01%, totalizando no mês o valor de R\$ 2.629.546,93 (dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais, noventa e três centavos), acumulando o valor de R\$ 27.608.766,21 (vinte e sete milhões, seiscentos e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), totalizando no período em receitas orçamentárias o valor de R\$ 21.482.290,90 (vinte e um milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e noventa reais e noventa centavos), com um acumulado no ano de R\$ 154.464.786,66 (cento e cinquenta e



Ata da 336ª, trecentésima trigésima sexta, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ na sala de formação da Secretaria Municipal de Educação, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros: Adriana Cristina de Souza Faria, Alexandre Vinicius de Souza (empossado), Ana Paula Nola Denski Bif, Carlos Alberto Abreu dos Santos, Carlos Augusto Zani, Danielle de Paula, José Edson Silva Souza, José Ricardo Vinhas, Márcia Aparecida de ~~St~~ ~~queira~~ Arnaldo, Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Reynaldo Bueno Prianti Neto e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Dayane Lisboa Azevedo e Renata Ramos Vieira, que justificaram a ausência. Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva, o advogado do IPMJ Dr. Francisco, a Diretora do Departamento de Benefícios Sandra Pereira Rossi, o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina e o membro do Conselho Fiscal Amauri Arnaldo Junior. A reunião teve início às 9h10 sendo conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, anunciou a posse do conselheiro Alexandre Vinicius de Souza, indicado como representante do Sindicato do SAAE, após a posse e de uma breve apresentação do conselheiro empossado, iniciou-se a pauta do dia conforme a convocação, assim, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação da Ata 335ª Reunião Ordinária. A presidente comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete). O balancete do mês de Novembro/2022 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora da presidência Sra. Fabíola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de Outubro, e o IPMJ referente a competência de Novembro, que totalizou o valor de R\$ 2.100.151,27 (dois milhões, cem mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), com um acumulado de R\$ R\$ 23.721.332,90 (vinte e três milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 16.853,89 (dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos), acumulando o valor de R\$ 199.661,86 (cento e noventa e nove mil, seiscentos e sessenta e um reais, e oitenta e seis centavos) referente a dois acordos de parcelamento ativos (fichas 9 e 10), esclareceu que ambos os parcelamentos foram em 60 vezes estando um na parcela 38/60 e o outro na parcela 57/60. Foram apresentados os valores lançados como Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); no mês de novembro registrou-se movimentação dos fundos de renda fixa no valor de R\$ 1.066.595,41 (um milhão, sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), renda variável no valor de R\$ 7.156.465,64 (sete milhões, cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) e pagamento de juros (vértices